

A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Pedagogical residence as a public policy for teacher training

La residencia pedagógica como política pública para la formación de profesores



Revista
Desafios

Artigo Original
Original Article
Artículo Original

Jusciel Kvan Gomes de Souza^{*1}, Deive Barbosa Alves¹

¹ Residência Pedagógica, Curso de Licenciatura em Matemática, UFT, Araguaína, Brasil.

*Correspondência: Residência Pedagógica, UFT, Av. Paraguai, s/n Setor Cimba, Araguaína, Tocantins, Brasil. CEP:77824-838. e-mail juscielkvan@gmail.com.

Artigo recebido em 03/04/2020 aprovado em 09/04/2020 publicado em 16/04/2020.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho fazemos uma crítica sobre o edital CAPES 06/2018 referente ao programa Residência Pedagógica (RP), o qual foi direcionado para a formação de professores nas Instituições de Ensino Superior. A proposta dele consiste em colocar os discentes residentes ativamente no âmbito escolar, por meio do desenvolvimento de projetos e regências em sala de aula. Desta maneira, articulando a prática da sala de aula do ensino básico com a teoria vista no curso de licenciatura.

Argumentamos que, em sua estrutura conservadora, o Residência Pedagógica torna-se um refém da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois seu edital deixa explícito o compromisso de cumprir as atividades seguindo o que está estabelecido na BNCC. Assim, tornando-se um reprodutor dos interesses políticos. Contudo, a prática, se pautando nessa base, fica esvaziada de crítica teórica e política, isso não nela (SILVA e CRUZ, 2018) (ANPED, 2018).

Sendo o RP um programa direcionado ao aperfeiçoamento de práticas na formação docente, *qual é o perfil profissional de professor que o Residência Pedagógica pretende formar?*

METODOLOGIAS E MATERIAIS

A abordagem de pesquisa é qualitativa, com procedimentos metodológicos da análise documental. O material selecionado para análise constitui-se em cinco artigos: Anped (2018), Silva e Cruz (2018), Bncc (2017), Capes (2018) e D'Ambrosio (2009). Os dados foram produzidos por meio de fichamentos desses trabalhos, os quais nos levou a existência de duas categorias do uso da RP.

Uma categoria trata da estrutura do programa enquanto processo para o ensino de futuros professores e outra que a trata do esvaziamento que a BNCC traz à educação enquanto processo crítico civilizatório.

O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No processo de cadastro da escola, o diretor dessa deveria cadastrar sua escola em uma plataforma do governo, assinar um termo de parceria e comprometimento para com o programa. Esse processo eliminou muitas boas escolas, pois foi registrado um número baixo de adesão, fosse pelo medo de ingressar em um programa novo ou pela complicação de se

cadastrar a escola na plataforma. Não se sabia se os estudantes teriam o Seguro Estagiário, que cobriria, se porventura ocorresse durante o estágio, algum acidente pessoal, ou outra fatalidade.

Os discentes que participam do programa são direcionados para uma determinada instituição escolar e nela são postas em prática as atividades pedagógicas. Há um professor da própria escola responsável por supervisionar que guia o licenciando, “[...] denominado preceptor, com formação e experiência na etapa ou componente curricular da habilitação do residente” (CAPES, 2018, 18). Suas experiências vivenciadas no âmbito, tornam-se *importantes durante as execuções das atividades*, pois ele sabe como lidar com determinados problemas que podem aparecer, tornando-se uma ferramenta de grande importância para a formação pedagógica do graduando. O planejamento das atividades, as reflexões e discussões ficariam a cargo do professor da Instituição de Ensino Superior, pelo chamado professor Orientador.

As atividades realizadas no programa deveriam cumprir uma carga horária com o total de 440 horas, sendo organizadas da seguinte maneira:

A residência pedagógica terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, 2 sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades. (CAPES, 2018, p. 1)

Nos momentos de planejamento será quando o licenciando irá articular os seus conhecimentos teóricos com a realidade concreta que foi observada pelo mesmo. A elaboração do relatório final também é um momento de reflexão, onde o residente analisará todas

as atividades as quais ele realizou avaliando e analisando cuidadosamente.

VELHA FÓRMULA COM ROUPAGEM NOVA

Não podemos negar que o Programa da CAPES aproximou o licenciando do seu futuro ambiente profissional, proporcionando uma carga horária mais extensa dentro do ambiente escolar. Contudo a perspectiva instalada pelo edital do programa, “[...] fragmenta a unidade teoria e prática e coloca a ênfase na prática como concepção utilitarista da formação de professores”. (SILVA, CRUZ, 2018, p 238). Segundo D’Ambrosio (2009, p. 81):

[...] um princípio básico das teorias de conhecimento nos diz que as teorias são resultado das práticas. Portanto, a prática resultante da pesquisa modificará ou aprimorará a teoria de partida.

Desse ponto de vista ao analisar o processo de criação do Programa Residência Pedagógica e o edital da CAPES nº 06/2018, percebe-se que este programa apresenta uma estrutura conservadora e tradicional em relação aos métodos de sua organização, impondo regulamentos que devem ser seguidos. A Associação Nacional de pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), afirma que o Residência Pedagógica:

[...] recebeu um desenho no Programa que reproduz a lógica de ações particularizadas em horas, com atividades previamente definidas que apontam para uma inserção pontual do estudante na prática escolar e, ainda, consolidam uma relação hierárquica e excludente entre “teoria e prática” e “universidade e escola” que sabemos, não estimula democracia ou solidariedade, elementos essenciais para formação e prática docentes. (ANPED, 2018, p. 2)

Observa-se que pelos dizeres dessa associação a ênfase na dimensão prática sem a preocupação de

dotar o professor de análises críticas políticas enfraquecem a formação inicial de professores, deixando-o como cumpridor de tarefas sem questioná-las. As tarefas a serem cumpridas são de ideologia tecnicista, pois a RP é uma maneira de instituir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que desconsidera a formação emancipadora do sujeito. O que pode ser observado, contemplando o ensino da Matemática, na seguinte afirmação:

O Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas, (BNCC 2017, p. 266).

Em vez da formação para a emancipação, continua-se com velhos ideais conservadores, porém com algumas mudanças de paradigmas apenas para se adequar aos novos tempos, preservando velhas fórmulas. Em seu edital, o Residência Pedagógica afirma sua adequação às propostas da Base Nacional Comum Curricular. Em virtude do que sabemos sobre a BNCC e suas intenções por trás das propostas, não é de se admirar que esse programa entrelace seus objetivos aos padrões curriculares da BNCC. Assim temos na RP uma prática esvaziada de conceitos antropológicos, preocupando-se em ‘como fazer’, sem se preocupar com a formação do senso crítico do sujeito.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos apresentados, entende-se que o Programa Residência Pedagógica pretende formar um professor que seja um mero reprodutor das bases curriculares. Vale salientar que

essa base desconsidera fatores presentes na realidade social. Em virtude disso, em um país como o Brasil com tanta diversidade social, a possibilidade da criação de um currículo nacional padrão torna-se mínima.

A Anped (2018, p. 9) afirma que “[...] são inúmeras e contundentes as críticas na comunidade acadêmica à adoção desse desenho como política voltada para a formação de professores”. Se faz necessário políticas que cumpram com os direitos sociais de cada indivíduo direcionadas a emancipação crítica do futuro professor.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

ANPED. **A política de formação de professores no Brasil de 2018: uma análise dos Editais CAPES de Residência Pedagógica e PIBID e a reafirmação da resolução CNE/CP 02/2015.** Rio de Janeiro – RJ, ANPED, 2018. Disponível em: <<https://is.gd/ceQ2Yp>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<https://is.gd/YvgwtT>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

CAPES. Edital CAPES nº 06/2018 - **Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica.** Disponível em: <<https://is.gd/hsc92F>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

D’AMBROSIO, U., **Educação Matemática: Da teoria à prática.** Campinas, SP: Papyrus, 2009

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. **A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências.** Momento: diálogos em educação, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago., 2018. Disponível em: <<https://is.gd/WMI7jh>>. Acesso em: 10 mar. 2019.